



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2020, NO AUDITÓRIO DO FÓRUM MUNICIPAL

Nº.12 /2020

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, no Auditório do Fórum Municipal, em Castro Verde, compareceram: Maria Manuela Revés Florêncio, Presidente da Assembleia Municipal de Castro Verde, Carolina Conceição Hipotecas Cabaça e João Miguel Benedito Branco, 1º. e 2º. Secretários da respetiva Mesa, Pedro Tomé Julião, Carlos Alberto Soares Ramos, Susana Paula Trindade Figueira, Diogo Gomes Pereira, Vanda Isabel Camacho Guerreiro, Ricardo Luís Torcato Matias Rodrigues, Maria Isabel Guerreiro Martins, Rita Camacho Silvestre Nobre, Ricardo António Neto Colaço, Carla Maria Costa Guerreiro Gonçalves, António José da Luz Paulino, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, Ana Maria Carolina Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Entradas, Alexandra Isabel Bravo Nunes Batista Tomé, Presidente da Junta de Freguesia de São Marcos da Ataboeira e Ana Luísa Marques Fatana, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Padrões, na qualidade de Deputados do mesmo Órgão, a fim de reunir em sessão ordinária.

Estiveram igualmente presentes do executivo municipal, o Sr. Presidente, António José Brito e os Srs. Vereadores Francisco Duarte, David Marques, António João Colaço e a Srª Vereadora Alda Cabral Mestre.

• ABERTURA:

Verificando-se a existência de quórum, a Srª. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, pelas 21,12 horas, procedendo à leitura do edital que a tornou pública, com a seguinte ordem de trabalhos.

Período antes da ordem do dia

- Aprovação de atas

- Expediente
- Outros assuntos de interesse
- Período reservado à intervenção do público

Ordem do dia

1º - Apreciação e votação das propostas de Demonstrações Orçamentais: (Orçamento e Plano Plurianual (Exercício 2021 e 2022 a 2025); Plano Plurianual de Investimentos (2021/2024) e Ações mais Relevantes;

2º - Apreciação e votação das propostas de Demonstrações Financeiras Previsionais: (Balanço, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa);

3º - Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2021.

4º.- Autorização prévia para a realização de despesa, logo na fase de compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação (financeira ou operacional), acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolonguem por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica:

5º. - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, relativa à atividade municipal.

6º. - Outros assuntos de interesse.

7º. - Período reservado à intervenção do público.

Período antes da ordem do dia

- **Aprovação de atas de sessões anteriores:**

Atendendo a que foram previamente distribuídas cópias das atas das sessões anteriores, dispensou a Srª. Presidente a sua leitura, e não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-as a votação, tendo as mesmas sido aprovadas como se descreve:

Ata nº 5, aprovada por maioria, com 2 abstenções, dos Srs. Vogais Fábio Bravo e Vanda Guerreiro, por não terem estado presentes na referida sessão.

Ata nº6, aprovada por maioria, com 1 abstenção, do Sr. Vogal Fábio Bravo, por não ter estado presente na sessão.

Ata nº 7, aprovada por maioria, com 1 abstenção, do Sr. Vogal Diogo Pereira, por não ter estado presente na sessão.

Ata nº 8, aprovada por maioria, com 1 abstenção, do Sr. Vogal Jorge Guerreiro, por não ter estado presente na sessão.

Ata nº 10, aprovada por unanimidade.

• **Expediente.**

Deu a 1ª. Secretária, Srª Carolina Cabaça, conhecimento do expediente recebido, nomeadamente:

- Publicação Mensal (Setembro/Outubro e Novembro/2020) do Jornal Voz das Misericórdias;
- Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais (ANAM) – nº15 /julho /Setembro/2020;
- Relatório de Clipping – 2º Congresso ANAM 2020, realizado no dia 19 de Setembro;
- Envio de Moção - "Contra o processo de eleição indirecta dos presidentes das CCDR e pela instituição das Regiões Administrativas", apresentada pelo Bloco de Esquerda, no Município de Alcácer do Sal;
- Emails recebidos do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionários e Afins, sobre a Marcha Nacional dos trabalhadores das autarquias, realizada em outubro e sobre a 9ª Conferência Nacional da Interjovem – Lutar para garantir e conquistar direitos;
- Mensagem reencaminhada pelo Município de Castro Verde, referente a "Apelo Público" subscrito pelo Movimento pelo Nosso Presépio;
- Email recebido do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, a informar da realização de uma formação sobre o tema "Eleições Presidenciais, em contexto de pandemia";
- Ofício recebido do Grupo Parlamentar do PS a dar conhecimento do ofício enviado ao Ministro de Estado e das Finanças, sobre "A não aplicação do faseamento da retenção das transferências de receita do Município de Castro Verde, distrito de Beja, por acertos, referentes a mandatos anteriores, de outras gestões políticas da autarquia local";
- Email recebido da ANAM, sobre a Síntese Jurídica, referente ao período de 2 a 13 de novembro;
- Ofício recebido de Oliveira, Reis & Associados, SROC, Ltdª sobre o Relatório de Conclusões e Recomendações da Auditoria, sobre a Situação Económica e Financeira referente ao 1º Semestre de 2020.

• **Outros assuntos de interesse.**

No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, deu a Srª. Presidente conhecimento de uma proposta de Moção apresentada pelo Movimento

"Pelo Nosso Presépio", um grupo de cidadãos de Castro Verde, tendo a mesa da assembleia decidido subscrevê-la, procedendo assim à sua leitura.

MOÇÃO

"Considerando que recebemos no passado mês de outubro dois emails dirigidos à Assembleia Municipal pelo Movimento de Cidadãos "Pelo Nosso Presépio", o primeiro a informar da constituição do movimento e dos seus objetivos, solicitando ainda uma manifestação de carinho à iniciativa e o segundo, já depois de recolhidos os meios necessários para a construção do novo conjunto figurativo do tradicional presépio, a dar-nos conhecimento das comunicações trocadas entre o movimento e os órgãos autárquicos do concelho, tendo em vista a manutenção, gestão e exposição das peças entretanto constituídas.

Os vogais eleitos na Assembleia Municipal de Castro Verde não podem deixar de manifestar:

- O seu regozijo pela iniciativa de recriação do presépio destruído, tendo em conta o seu valor artístico e patrimonial e o seu valor simbólico;
- O seu agradecimento a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o reerguer do presépio, concebido e construído em 2002 por artistas e artesãos locais;
- O seu agrado pela solução encontrada de implicar no processo de manutenção, gestão e exposição das atuais peças entretanto recriadas todos os órgãos autárquicos do concelho."

Pedi da palavra o Vogal Sr. António José da Luís Paulino, Presidente da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, dizendo que a União de Freguesias foi uma das entidades que, desde o início, fez parte do conjunto de entidades que subscreveram o Protocolo de Colaboração com o Movimento "Pelo Nosso Presépio", sobre a guarda conjunta do mesmo, mostrando a sua disponibilidade para integrar a referida equipa que permitiu a reposição do mesmo, tendo em conta, o papel muito importante do grupo de pessoas que protagonizaram esse movimento. Realçou ainda a aceitação manifestada por parte da Mesa da Assembleia Municipal, assim como por todos os Órgãos Autárquicos, frisando que não via qualquer inconveniente, mesmo sem consultar os colegas de bancada, em aprovar a moção apresentada pela mesa da assembleia.

Não havendo mais intervenções, foi a moção submetida a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

De seguida, formalizou por escrito, a Vogal Srª Rita Nobre a seguinte proposta de moção, subscrita por todos os elementos que constituem a Bancada do Partido Socialista, procedendo à sua leitura.

MOÇÃO

Ação Social como verdadeiro pilar e prioridade em Castro Verde

Desde a primeira hora do atual mandato, os eleitos do PS afirmaram uma ação clara que estabeleceu a área social como verdadeiro pilar e prioridade no nosso concelho, com novas dinâmicas e uma estratégia de apoio e proximidade com as pessoas.

Na verdade, os eleitos do PS na Câmara Municipal não ficaram apenas pelas palavras. A prova disso foi, em primeiro lugar, a criação de alicerces com o reforço substancial do Gabinete de Ação Social, que passou a ter mais técnicos e competências. Entretanto, foi alargado o atendimento de cidadãos em todas as sedes de freguesia; criado o transporte regular de estudantes para a Funcheira; totalmente revistos os Regulamentos de Bolsas de Estudos e do Cartão Social; dadas respostas importantes no quadro da pandemia COVID-19, com a iniciativa "Fique em Casa, Nós Vamos Por Si"; e foi assinado o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) – "Castro + Vivo", em parceria com o Lar Jacinto Faleiro e em vigor desde o passado mês de julho.

Queremos, ainda, destacar aqui três importantes projetos de intervenção, apoio e proximidade social com as pessoas do concelho:

- O projeto Castro Verde XXI articula o trabalho municipal dos setores da Ação Social, Educação, Cultura, Desporto e Biblioteca. Nasceu para terminar com o trabalho desagregado e sem articulação. Agora, é possível a Câmara estar mais presente e mais próxima das pessoas, acabando com a dispersão de esforços.
- Tal como se comprometeu, ainda na oposição, o Executivo do PS na Câmara criou o Cartão Municipal do Bombeiro e, conseqüentemente, o Cartão de Membro da Cruz Vermelha. O objetivo é apoiar, com várias medidas sociais, todos os que dão o seu tempo aos outros e, desse modo, incentivar o voluntariado
- Finalmente, destacamos o importante projeto da Loja Social de Castro Verde, que está prestes a abrir as portas. Trata-se de uma iniciativa de profundo cariz social e de proximidade com as pessoas carenciadas. É um projeto que deve orgulhar os Castrenses, porque vai dar respostas importantes a quem mais precisa.

Mais do que palavras, está à vista muito trabalho concreto neste mandato. Por isso, não podemos deixar de nos congratular com tudo o que está feito e em curso, assente em políticas sociais, de solidariedade e proximidade que agora assumem verdadeira importância para Castro Verde e todos os Castrenses. "

Terminada a leitura da Moção, a Srª Presidente da Assembleia, deu a palavra aos Vogais, para discussão da mesma.

Pedi da palavra o Vogal Sr. Carlos Ramos, saudando todos os presentes, e, relativamente à moção apresentada pela Bancada do PS, afirmou que, no seu entendimento, situações que promovam o auto louvor, são sempre situações muito discutíveis, e não querendo ser desagradável, pensa que o teor da mesma dá a ideia de que está aberta a campanha eleitoral para as próximas Eleições Autárquicas, pois analisando o que foi apresentado, e não estando a pôr em questão aquilo que foi enunciado, nem as iniciativas que este executivo lançou nesta área, afirmou que nos anteriores executivos da CDU, a ação social também, nunca deixou de ser uma prioridade, nem um pilar da sua ação governativa.

Foi solicitada uma pausa de 5 minutos nos trabalhos, pelo 2º Secretário Sr. João Branco.

De regresso aos trabalhos e não havendo mais intervenções, foi a moção submetida a votação, tendo a mesma sido aprovada, com 9 abstenções dos Vogais da CDU, 9 votos a favor dos Vogais do PS e 1 voto contra do Vogal Sr. Carlos Ramos.

Apresentou o Vogal Sr. Carlos Ramos, a sua declaração de voto, dizendo que não votou contra, por não concordar com as iniciativas apresentadas, mas pela razão há pouco enunciada, pois parece-lhe um texto para deputados, afirmando que, no seu entendimento, não fica bem ao PS de Castro Verde fazer valer o trabalho que tem executado e também porque o assunto apresentado desta forma, dá a entender que a CDU nunca se preocupou com a Ação Social, quando isso é factualmente falso.

- **Período reservado à intervenção do público:**

Aberto este ponto da ordem de trabalho, não houve participação do público existente, dando-se assim início ao período da ordem do dia.

Ordem do dia

1º - Apreciação e votação das propostas de Demonstrações Orçamentais: (Orçamento e Plano Plurianual (Exercício 2021 e 2022 a 2025); Plano Plurianual de Investimentos (2021/2024) e Ações mais Relevantes;

Submeteu a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia as propostas para a apreciação e votação das propostas de Demonstrações Orçamentais: (Orçamento e Plano Plurianual (Exercício 2021 e 2022 a 2025); Plano Plurianual de Investimentos (2021/2024) e Ações mais Relevantes, para o ano de 2021, na sequência da deliberação tomada, por maioria, com 2 abstenções dos Vereadores da CDU, na reunião realizada no dia 27 de novembro do corrente ano.

"Considerando que se encontram terminados os documentos previsionais da Autarquia, **Demonstrações Orçamentais: (Orçamento e Plano Orçamental Plurianual (Exercício 2021 e 2022 a 2025); Plano Plurianual de Investimentos (2021/2024) e Ações Mais Relevantes);**

Considerando que a aprovação dos mesmos é da competência da Assembleia Municipal, pf. do disposto no artº 25º/1-a) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, cf. determina o artº 33º/1-c), do mencionado diploma;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão executivo, que após aprovação desta proposta de documentos previsionais para o ano 2021 e seguintes, os mesmos sejam submetidos para aprovação do Órgão deliberativo do Município."

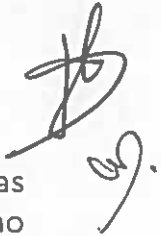
Anexa-se ainda a mensagem do Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao assunto supracitado, que a seguir se transcreve:

"Continuamos a trabalhar para o futuro de Castro Verde! Este documento reflete isso, mas é crucial não ignorarmos que 2020 tem sido um ano muito difícil e complicado, devido ao tempo nunca vivido da pandemia COVID-19, com as suas enormes e graves consequências.

Ora parece óbvio que remar contra "ventos e marés" é muito mais complicado e exigente do que trabalhar num contexto de tranquilidade e bonança. É sempre bom recordar que o Município de Castro Verde foi altamente penalizado com o não recebimento de Derrama. Desde 2017, a Câmara perdeu uma receita total de € 2.411.714,22 e, naturalmente, esta situação faz muita diferença!

O que teria sido possível fazer se tivéssemos recebido este dinheiro?

Não se entenda este preâmbulo como um queixume, mas os factos são incontornáveis e não os devemos ignorar. Até porque, a nosso ver, o Município de Castro Verde trabalhou e continua a trabalhar muito para contrariar essa "onda negativa".



A prova disso é o relevante apoio financeiro e logístico dado a todas as Juntas de Freguesia, ao movimento associativo e IPSS's. O trabalho concreto e muito investimento nos domínios da Ação Social, Educação, Cultura, Deporto, no projeto "Castro Verde XXI", que congrega e articula trabalho e respostas em diferentes domínios, mas também no grande apoio prestado (em tempo de crise complicada!) às empresas e empresários a partir do IN CASTRO.

Estas ações vão continuar. Temos pela frente importantes desafios e, com a afirmação de um plano para os próximos cinco anos, assumimos já um conjunto de propostas que são igualmente compromissos para o futuro.

Isso comprova-se nas dinâmicas muito revelantes, traduzidas em grandes obras que executámos em 2020 e estão prestes a ser concluídas:

- Construção do Centro de Artes e da Viola Campaniça
- Requalificação da Estrada de Santa Bárbara
- Requalificação do Pavilhão Desportivo António dos Anjos
- Renovação Urbana e da Rede de Águas na Rua Morais Sarmento
- Apoio à requalificação da Basílica Real.

Estas ações, todas praticamente terminadas, representam cerca de 2,9 milhões de euros de investimento público.

Agora, o novo ano de 2021 está à porta e convoca-nos para grandes desafios.

Num período em que parece difícil voltar a contar com a receita extraordinária da Derrama, teremos de ser muito competentes na formulação de candidaturas que nos permitam o maior financiamento possível de fundos comunitários. Por isso, não ignoramos as possibilidades criadas pelo relevante "envelope financeiro" do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Essa expectativa responsabiliza-nos a ter um planeamento baseado numa visão que, para já, vai de 2021 até 2025. Serão cinco anos afetados por dificuldades muito grandes, mas importa destacar, igualmente marcados pela chegada de oportunidades únicas, já referidas, que serão fundamentais para criarmos boas soluções, enquadradas nas legítimas aspirações da população do nosso concelho.

Depois de três anos de trabalho neste mandato (de 2017 a 2020), a Câmara Municipal dispõe de uma "carteira" de projetos que serão fundamentais e que, nalguns casos, estão em curso ou já estão adjudicados para executar em 2021:

- Parques Infantis em Castro Verde: 4 requalificados e 4 novos
- Pintura e requalificação do Cineteatro Municipal
- Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)
- Renovação da frota de transportes da Câmara Municipal
- Melhoria da eficiência energética nas Piscinas Municipais
- Pintura do Bairro dos 16 Fogos e das Piscinas Municipais

Com maior relevância, estão adjudicadas e contratadas as seguintes empreitadas:

- Construção da Zona de Atividades Económicas
- Construção da Casa Mortuária de Entradas
- Alargamento do Cemitério Municipal de Castro Verde

A par destas obras muito importantes, a nossa convicção é que 2021 será "o ano da grande requalificação" da Escola Secundária, num processo que implicará investimento público acima de 3,1 milhões de euros, o que não tem paralelo no concelho de Castro Verde.

No plano da regeneração urbana dos espaços públicos, vamos igualmente iniciar três importantes obras:

- Eixo da Rua da Batalha e Rua da Aclamação
- Eixo Largo Vítor Prazeres e Rua António Francisco Colaço
- Parque de Estacionamento do Santo

As intervenções no Eixo da Rua da Batalha e Rua da Aclamação e do Largo Vítor Prazeres e Rua António Francisco Colaço incluem a total renovação das redes de água.

O Parque de Estacionamento do Santo visa criar um espaço com 70 lugares para apoiar o Conservatório, Pólo 1 do Lar Jacinto Faleiro, Museu da Lucerna e residentes em toda a zona envolvente.

No plano financeiro, nesta data (novembro de 2020) registamos investimento quase concluído ou em curso na ordem dos 2,9 milhões de euros. Para iniciar em 2021, estão planeadas obras que custarão cerca de 7,1 milhões de euros.

No total, estamos a falar de cerca de 10 milhões de euros de investimento, num volume de obras incomparável na história recente do concelho de Castro Verde, para concluir ou iniciar-se em 2021.

Não nos conformamos com tudo aquilo que, estando em curso, vai dar frutos a curto prazo. A nossa determinação aponta para prosseguir esta linha de rumo e estas Opções de Plano são assumidamente um documento

estratégico para o futuro da nossa comunidade. Temos objetivos ambiciosos para todo o concelho até 2030, assentes em cinco eixos fundamentais:

- Serviços Públicos
- Educação e Saúde
- Cultura e Juventude
- Reabilitação Urbana e Habitação
- Economia e Acessibilidades

Orientados por estes princípios, construímos o presente documento previsional que engloba um relevante conjunto de ações. Fundamentalmente, assumimos a necessidade de o concelho ser um "território global e articulado", onde as condições e as oportunidades para viver e trabalhar são idênticas para todos.

Pretende-se que estes cinco eixos tenham entre si uma evidente articulação. E pretende-se igualmente que sejamos capazes de prosseguir a execução das infraestruturas básicas, ter serviços e equipamentos públicos competentes, promover a economia e a criação de emprego, renovar e requalificar os meios urbanos, criar soluções de habitação que possam potenciar a chegada de novos residentes e, desse modo, combater a crise demográfica que há muito tempo enfrentamos.

Anote-se que estes fatores não estão desarticulados de outras áreas fundamentais, como a preservação do ambiente, a conservação da natureza, a higiene urbana, o turismo, os transportes ou mobilidade urbana. Esta é uma equação exigente e trabalhosa onde, em 2021 e nos anos seguintes, além do que atrás identificámos, destacamos 25 propostas que entendemos como fundamentais para o futuro do concelho de Castro Verde:

Serviços Públicos

- Reforma global da Rede de Águas de Castro Verde
- Requalificação de ETAR em todo concelho
- Requalificação dos Paços do Município e do Estaleiro Municipal
- Projeto de Construção do Posto da GNR de Castro Verde
- Plano de Acessibilidades para Cidadãos com Mobilidade Reduzida

Educação e Saúde

- Nova Creche em Castro Verde
- Ampliação do Serviço de Urgências de Castro Verde
- Novas Extensões de Saúde em Casével e S. Marcos da Atabueira
- Reabilitação da Escola Primária da Sete
- Fomentar criação de IPSS em S. Marcos da Atabueira



Cultura e Juventude

- Criação do "Centro Futuro – Casa de Juventude de Castro Verde"
- Criação do Museu da Feira de Castro
- Requalificação do Moinho da Altura de Beja
- Balneários no Polidesportivo do Centro Escolar Dr. Francisco Alegre
- Criação do Skate Parque de Castro Verde

Reabilitação Urbana e Habitação

- Reabilitação do Eixo da Rua Sanches Miranda e Rua do Acampamento
- Reabilitação do Eixo da Rua Cândido Alves Barjas e Rua das Cangas
- Criação do Parque de Estacionamento Central em Castro Verde
- Reabilitação da Rua Gonçalves Correia – S. Marcos da Atabueira
- Novos Loteamentos de Habitação em Castro Verde, Entradas e Casével

Economia e Acessibilidades

- Parque Logístico de Castro Verde
- Requalificação da EM 535 – Castro Verde – Casével – Estação de Ourique
- Requalificação da Estrada Entradas – Carregueiro
- Requalificação do Centro de Transportes de Castro Verde
- Cobertura do Pavilhão de Mostras no Largo da Feira

Muitas destas ações terão avanços revelantes em 2021. A maioria, necessariamente, começará a fazer caminho com a elaboração de projetos e de candidatura para garantir financiamento de modo a que, nos anos seguintes, consigamos concretizá-las.

Assumimos com clareza que será um desafio muito exigente. Mas acreditamos numa Administração Local capaz, trabalhadora e competente, que saberá cooperar e articular-se. Por isso, a Câmara Municipal conta com o empenho das Juntas de Freguesia do concelho que, apesar das conhecidas dificuldades financeiras do Município, terão em 2021 um reforço de meios financeiros e de pessoal.

No plano financeiro, assinala-se, o Município de Castro Verde vai reforçar em 8% os valores a transferir no âmbito do Contrato Interadministrativo e do Acordo de Cooperação.

Este reforço enquadra-se na transferência de competências que, a partir de 2021, formalizará uma nova etapa. Independentemente dos projetos que a Câmara vai executar nas freguesias, no total vai ainda ser assegurada a **transferência financeira anual de € 552.715**, baseada nos quadros que se apresentam:

UNIÃO DE FREGUESIAS CASTRO VERDE E CASÉVEL

Acordo de Execução	€ 92.500
Contrato Interadministrativo	€ 67.715
Acordo de Cooperação	€ 45.000
Valor Total em 2021	€ 205.215

Cedência de quatro trabalhadores.

(Valor em 2020: € 175.200)

JUNTA DE FREGUESIA DE ENTRADAS

Acordo de Execução	€ 44.500
Contrato Interadministrativo	€ 32.940
Acordo de Cooperação	€ 37.500
Valor Total em 2021	€ 114.940

Cedência de dois trabalhadores (um deles com contrato IEFP)

(Valor em 2020: € 105.000)

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA DE PADRÕES

Acordo de Execução	€ 61.500
Contrato Interadministrativo	€ 42.768
Acordo de Cooperação	€ 37.500
Valor Total em 2021	€ 141.768

Cedência de dois trabalhadores

(Valor em 2020: € 131.100)

JUNTA DE FREGUESIA DE S. MARCOS DA ATABUEIRA

Acordo de Execução	€ 34.500
Contrato Interadministrativo	€ 18.792
Acordo de Cooperação	€ 37.500
Valor Total em 2021	€ 90.792

Cedência de dois trabalhadores (um deles com contrato IEFP)

(Valor em 2020: € 81,900)

Acreditamos que estamos perante acordos bem conseguidos e que mereceram concordância da Câmara e de todas as Juntas de Freguesia. Assinalamos, portanto, o esforço comum que traduz a capacidade de conviver com visões e perspetivas políticas diferentes, mas ao mesmo tempo, trabalhando para construir um concelho muito melhor para todos.

Por fim, chamamos à atenção para as dinâmicas de gestão com que temos e teremos de conviver. Estas Opções de Plano e Orçamento de 2021, sendo um compromisso responsável, são basicamente um documento previsional e, tendo essa natureza, não está livre de vários riscos no plano da execução. Veja-se o que foi este ano de 2020. Ninguém diria que teríamos, desde março até hoje, uma pandemia com tão grandes implicações.

Confiamos profundamente que 2021 vai ser muitíssimo diferente... para (muito) melhor. A responsabilidade, compromisso, empenho e transparência dos eleitos e dos trabalhadores da Câmara Municipal com as pessoas do nosso concelho será a mesma de sempre."

Depois de apresentados todos os documentos que instruem este ponto da ordem de trabalhos, a Srª Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para que o mesmo apresentasse alguns esclarecimentos. Começou o Sr. Presidente por saudar todos os presentes, incluindo a Srª Presidente da Assembleia, tendo posteriormente procedido à apresentação dos documentos.

Concluída a apresentação por parte do Sr. Presidente da Câmara, a Srª Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Vogais para que os mesmos se pudessem pronunciar sobre a Proposta apresentada.

Por ordem de inscrição, pediu a palavra o Vogal Sr. Diogo Pereira, que começou por saudar todos os presentes, tendo, em seguida, realizado a seguinte intervenção, que a seguir se transcreve:

"Gostaria de deixar algumas considerações relativamente à matéria da Derrama!

Em primeiro lugar dizer que, enquanto castrense e eleito neste órgão autárquico, e atento à realidade do meu concelho nos últimos anos, vejo com muita preocupação aqui, este assunto relativo à Derrama e ao fato da Câmara ter sido tão penalizada ao longo destes últimos 3 anos, com a ausência deste imposto.

Podemos imaginar o que poderia ter sido feito se a Câmara tivesse recebido estes mais de 2 milhões de euros, que teve que devolver à Autoridade Tributária!

Mais de 2 milhões de euros! Devíamo-nos focar neste número e cada um de nós fazer este exercício:

O que é que a Câmara poderia ter feito?

Que resposta é que poderia ter dado para o desenvolvimento do nosso concelho? e que acabou por não conseguir fazer!

Mas ainda assim é bom destacar também, que a Câmara não ficou de braços cruzados, pôs mãos à obra e foi obrigada naturalmente a recorrer a empréstimos, mas, Castro Verde necessita destes investimentos, necessita destas intervenções e acho que todos devemos estar solidários com este executivo e com a Câmara Municipal, naturalmente, por esta situação que tanto a afetou nos últimos 3 anos e que nos afetou todos!

Porque todos queremos o mesmo, todos queremos o progresso e o desenvolvimento do nosso concelho, e todos devemos ter esta solidariedade para com o executivo!
É esta a minha opinião! "

Interveio, em seguida, a Vogal e Presidente da Junta de Freguesia de São Marcos da Ataboeira, a Sra. Alexandra Batista, começando por referir que gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se a construção de um lar na Freguesia de São Marcos da Ataboeira, obra contemplada no PPI para 2021, se é para se concretizar ou não, pois, na apresentação e nos objetivos estratégicos, o Sr. Presidente apenas se limitou a colocar o título da referida obra "Fomentar a criação de uma IPSS em São Marcos da Ataboeira", não procedendo a qualquer informação sobre a mesma, então, questionou a Sr^a. Vogal, o que quererá efetivamente dizer? Questiona se irá ser construído um Lar em São Marcos da Ataboeira ou se o povo desta freguesia continuará à espera?

De seguida, interveio a Vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Padrões, a Sra. Ana Luisa Fatana, questionando o Sr. Presidente relativamente à Reserva da Biosfera e aos 1000,00 € (mil euros) anuais que lhe estão destinados, uma verba tão irrisória que se encontra consignada no orçamento para esta rubrica, referindo julgar que, em sua opinião, a referida quantia deverá ser aplicada e esgotada unicamente em publicidade. Manifestou assim a sua preocupação, pois pensa que a Reserva da Biosfera é demasiado importante para o nosso concelho, para cair assim no esquecimento.

Posteriormente, interveio a Vogal Sr^a. Susana Figueira, saudando todos os presentes, procedendo, em seguida, a intervenção que a seguir se transcreve:

"Após ouvir a apresentação feita pelo Sr. Presidente sobre o orçamento de 2021 e o plano plurianual de investimento, assim como a análise feita aquando da leitura do mesmo, quero salientar o reforço dos apoios financeiros.

Especialmente no aumento de 8% no apoio a duas instituições dentro do ramo da proteção civil, que são os Bombeiros e a Cruz Vermelha. E tendo em conta a situação pandémica que todos estamos a viver, são instituições que bastante necessitam.

Outro aumento substancial de apoio financeiro que quero evidenciar, é para o Cofre Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Castro Verde. Visto ter aumentado em grande número os trabalhadores, devido às transferências de competências da educação para a autarquia, este apoio é muito bem-vindo.

Saliento também o apoio extraordinário de 20mil € para a CERCICOA, pois como todos sabemos irá criar uma residência aqui em Castro Verde.

No que diz respeito às restantes associações e clubes, estarão assegurados apoios bastante significativos, no valor de mais de 500mil€."

Em seguida, interveio a Vogal Sr^o Ana Carolina Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Entradas, questionando o Sr. Presidente, sobre o pedido de empréstimo aprovado há cerca de quinze dias, no valor de 150 000,00€, que se destinava à requalificação da EM 535. No entanto, frisou a Sr^a Vogal, foi com estranheza que verificou que nos documentos apresentados para serem discutidos nesta sessão, está previsto para os anos seguintes um outro investimento no valor de 1 800 000,00 €. Então, questiona se o investimento de 1 800 000,00€ dos anos seguintes se é para dar continuidade aos 150 000,00 €, já aprovados, ou se esse investimento ficará sem efeito, quando se obtiver o investimento seguinte? Questiona ainda se a aprovação dos 150 000,00€ corresponderá a uma 1^a fase?

Interveio a Sr^a Presidente da Assembleia Municipal, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara, que procedesse às respostas e aos comentários que julgasse necessários, relativamente a estas quatro intervenções.

Dando início às respostas, o Sr. Presidente, relativamente à pergunta feita pela Vogal Sra. Alexandra Batista, lembrou que este é um processo muito idêntico ao que foi desenvolvido em Santa Bárbara de Padrões, e que deve ser do conhecimento da Sr^a Vogal, pois foi um processo discutido na Assembleia Municipal e implementado nos mandatos anteriores, tendo sido um compromisso assumido na totalidade pela Câmara Municipal, e quando se entendeu adequado, avançou-se para a criação da Associação Seara de Abril, que hoje é quase por "comodato", sendo esta associação a entidade responsável pela gestão do edifício, apesar deste ser da propriedade da Câmara Municipal.

Ou seja, é objetivo deste executivo, seguir um caminho muito semelhante ao realizado em Santa Bárbara de Padrões, considerando fundamental

garantir e fazer o caminho nos dois sentidos, a Câmara Municipal assegurar a capacidade de investimento e a concretização do projeto e haver a capacidade local para se responsabilizar pelo mesmo. Frisou, no entanto, que este não é um assunto novo, pois a população há muito tempo que reivindica a possibilidade da criação de uma associação para este fim.

Realçou ainda que o projeto é este e que o Orçamento está pensado para ser concretizado em 5 anos e que é pretensão deste executivo fazer o caminho o mais rápido possível, nem sempre sendo tão breve como seria desejável, e terminou dizendo "... como a Sr^a Presidente bem sabe, o tempo que tem levado para a realização da construção de um casão, logo a Câmara também poderá necessitar de alguma margem de tempo para a execução deste projeto."

Relativamente às observações feitas sobre a Reserva da Biosfera, o Sr. Presidente frisou que o trabalho de Promoção e Defesa do Projeto da Reserva da Biosfera é inquestionável, e em termos orçamentais, há muito tempo que aquilo que é investido neste projeto, não vem só dessa rubrica, dando como exemplo tudo o que foi e tem sido realizado recentemente relativamente à sua promoção, com atividades muito diversificadas. Esse investimento saiu de outras rubricas do Orçamento da Câmara, não especificamente da rubrica da Defesa da Biosfera, frisando que este é um trabalho que continuará a ser feito, com toda a certeza.

Finalmente, e relativamente ao empréstimo de 150 000,00 €, informou que a Câmara inscreveu esse valor para o tribunal de contas dar o visto, na verdade, os 150 000,00 € serão utilizados numa primeira intervenção a realizar na EM 535, no sentido de minimizar a situação menos boa em que a estrada se encontra, mas, explicou que o objetivo deste executivo é poder executar uma intervenção maior, sendo isso que está planeado para um futuro próximo, pois têm a convicção, que haverá fundos comunitários, para a realização de uma intervenção mais pertinente, com a dimensão da obra que foi realizada na estrada de Santa Bárbara de Padrões, sendo essa a expectativa deste executivo, mas, para que isso aconteça, serão necessários fundos comunitários, realçando acreditar que nos anos subsequentes poder-se-á realizar uma intervenção mais profunda.

Posteriormente, interveio a Vogal Sra. Vanda Guerreiro, saudando inicialmente todos os presentes, tendo, de seguida, feito a seguinte intervenção que a seguir se transcreve:

"Gostaria apenas de realçar (relativamente ao) Orçamento para 2021, o compromisso vincado do executivo na contínua cooperação e articulação com as juntas de freguesias do concelho.

Esta cooperação, além das demais actividades conjuntas, concretizam-se num reforço financeiro e cedência de pessoal.

No total, a câmara irá assumir em 2021 uma transferência financeira de 552.715 € (quinhentos e cinquenta e dois mil euros e setecentos e quinze euros), sendo que este valor contempla:

- um aumento de 7.500€ para cada freguesia (cv 2 freguesias - CV e Casével),

- um aumento de 8% nos contratos interadministrativos

É um aumento global de 59.500€ (em comparação com 2020).


Penso que com o esforço conjunto da Autarquia e Juntas de Freguesia, na articulação e concretização das políticas locais, ganham todos os fregueses do concelho! Pelo que desejo que assim continuem o trabalho."

Em seguida, interveio o 2º Secretário da Mesa, o Vogal Sr. João Branco, referindo que 18 500 000,00 € é um orçamento bastante considerável, afirmando que, certamente, o Sr. Presidente espera que alguns vestígios da explosão da "bazuca" venham parar aqui a Castro Verde, no entanto, frisou que duvida bastante este orçamento consiga ser executado, esperando que seja, pois seria algo muito bom para Castro Verde.

Referiu ainda que havendo derrama ou não, na sua opinião, as contas feitas neste orçamento não estão corretas. Afirmou ainda o Sr. Vogal que não entende bem o processo de obras da Escola Secundária, pois, segundo percebeu, já foram realizados dois concursos para adjudicação da mesma, concursos esses que ficaram concorrentes, sendo o 1º orçamento apresentado a concurso de 3 100 000,00€ e o 2º orçamento de 3 200,000,00€, mais ou menos, mas constata que no orçamento para 2021 e juntando os anos todos, a conta só refere 3 milhões de euros, sem contar com o custo de obras a mais, o que quer dizer que o Sr. Presidente acaba por concordar com a CDU quando a mesma dizia que esta obra ficaria perto dos 4 milhões de euros, portanto, ainda bem que não há a derrama para se aprender a fazer contas.

Afirmou ainda o Sr. Vogal que concorda com o Sr. Presidente, pois está bem claro e à vista de todos, sendo de muito fácil perceção para todos os munícipes, o que este executivo fez, relativamente à Reserva da Biosfera. Ainda relativamente à Reserva da Biosfera, o Sr. Vogal perguntou em que ponto se encontra a implementação de um plano de Gestão da Reserva da Biosfera, pois o mesmo não se encontra reflectido no Orçamento.

Tomou da palavra a 1ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a Sra. Carolina Cabaça, constatando que existe da parte deste executivo uma grande preocupação com as obras da Escola Secundária, mas, não vê nenhuma referência significativa relativamente ao restante Parque Escolar de Castro Verde, aliás encontra-se cabimentada uma rubrica de 15 000,00 € para os Centros Escolares, mas, na sua opinião, essa é uma quantia muito



pequena, tendo em conta que a Escola EB2/3 também apresenta um estado deplorável, principalmente o espaço exterior, precisando de obras, assim pergunta a Srª Vogal se não se preveem obras para o restante Parque Escolar. Questionou ainda o Sr. Presidente sobre uma obra há muito tempo esperada pela comunidade escolar que é a cobertura do Polidesportivo do Centro Escolar nº2, pois além de não ver nenhuma referência à mesma, vê sim a proposta da construção de balneários nesse Polidesportivo, assim pergunta se se estará a pensar dar outra utilização àquele Polidesportivo.

Depois desta intervenção deu a Sra. Presidente da Assembleia Municipal a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às duas intervenções anteriores.

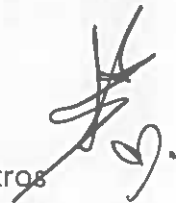
Quanto às questões colocadas pelo Vogal Sr. João Branco e relativamente ao valor de 18 500 000, 00 €, o Sr. Presidente informou de que gostaria de partilhar novamente com a Assembleia Municipal, que neste momento, a Câmara Municipal de Castro Verde tem assegurados fundos comunitários com um volume financeiro muito significativo, o que faz com que, no plano da receita, isso eleve a possibilidade de executar obra em Castro Verde. Explicou ainda, que teve a oportunidade de prestar informações muito concretas sobre o estado em que se encontram as obras: as que estão em curso, as que ainda não estão adjudicadas e todas as que muito em breve poderão estar, se tudo correr dentro da normalidade. Afirmou ainda, que o valor dos fundos comunitários de 5 milhões, "empurram" o orçamento, tal como o valor de 1 milhão das competências da Educação, informando, ainda, que no âmbito dos fundos comunitários, valeria a pena frisar, que se encontram aprovados e em condições de executar, alguns projetos que, mais adiante, poderá enumerar, mas podendo informar desde já que os mesmos terão um volume muito significativo, praticamente na ordem dos cinco milhões e trezentos mil euros.

Relativamente à questão da Escola Secundária, informou o Sr. Presidente que a Câmara está, neste momento, a trabalhar numa solução e a tentar resolver um problema que não é exclusivo de Castro Verde, em vários pontos do país, um conjunto de obras como esta, têm ficado com os concursos "desertos", sendo muito penalizador para os proprietários dessas obras e no caso da Escola Secundária, é evidente que também é penalizador para todo o concelho. Mas, a Câmara tem assumido uma estratégia, que tem partilhado com os seus Órgãos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, no sentido de continuar a fazer caminho para resolver este problema, rejeitando a ideia de desistência. Frisou ainda que durante muitos anos houve quem não quisesse fazer as referidas obras, quanto ao resto, esta Câmara Municipal tem-se empenhado em encontrar uma solução para a Escola Secundária e garantiu que irá tê-la, podendo a mesma ser mais trabalhosa ou demorar mais tempo, mas essa solução irá surgir certamente.

Relativamente à questão do restante Parque escolar colocada pela Sra. Carolina Cabaça, informou que a Câmara Municipal, quase diariamente, investe em permanência em todo o Parque Escolar, incluindo a Escola Secundária e que oportunamente poderá partilhar com a Assembleia Municipal o volume de investimento no Parque Escolar de todo o concelho.

No que diz respeito à questão do Polidesportivo do Centro Escolar nº2, de facto o valor inscrito não visa exclusivamente a construção dos balneários, sendo essa a 1ª fase da obra, e posteriormente, a médio prazo, proceder-se-á à solução da cobertura daquele espaço, existindo até algumas soluções pouco honorosas, de forma a que se possa dar resposta aos alunos e à população em geral.

Tomou da palavra o Sr. Vereador David Marques, relativamente à questão do Plano de Gestão da Reserva da Biosfera, afirmando que irá tentar ser breve, mas a pergunta que lhe foi feita é muito desafiante, considerando a amplitude do plano de ação da reserva da Biosfera, que é da responsabilidade de uma parceria entre a Câmara Municipal, a Associação de Agricultores do Campo Branco e a LPN, o mesmo apresenta um conjunto de eixos, estratégias, ações e muito mais, portanto, este plano de ação tem um horizonte temporal, umas ações são recorrentes e são realizadas todos os anos, havendo outras mais prolongadas no tempo, salientando que algumas delas são apenas da responsabilidade direta do Município. Para além destes três parceiros, existem outros, como seja o Agrupamento de Escolas de Castro Verde que tem tido um papel fundamental na promoção do conjunto de ações e de atividades previstas no plano, por exemplo, nas questões de educação, que são responsabilidades diretas do Município, existiu a capacidade de trabalhar as questões do currículo local na Reserva da Biosfera e do passaporte, em anos anteriores. Informou ainda que, neste momento, está a fazer-se um aprofundamento desse trabalho com a extensão do tratamento das questões no âmbito das atividades, com a ação dos parceiros e com os recursos disponibilizados pelo Município, nomeadamente da LPN e das AECS que dinamizam atividades junto de um número significativo de turmas. Salientou também que ao nível da Comunicação, existe um conjunto muito alargado de presenças e participações, suportadas pelo Município, ao nível da comunicação, com publicidade em diversos canais televisivos, nos últimos dois anos essencialmente, salientando o investimento que está a ser feito neste momento. A exemplo disso, mencionou o Mapa Turístico, patente e disponível desde junho deste ano, numa versão bilíngue, material esse que há alguns anos o Município não possuía, vindo finalmente a suprir uma lacuna existente, visto que a Reserva da Biosfera, é um enquadramento que reconhece um conjunto de valores e de princípios, existindo várias dimensões de trabalho. Por exemplo, ao nível da Preservação e Valorização Turística dos nossos recursos naturais, o trabalho realizado pelo Turismo do



Alentejo, que fez na região um investimento na realização de Centros Cicling, tendo o Concelho de Castro Verde ficado à margem desse projeto, logo, a Câmara assumiu, através de uma candidatura a fundos comunitários, a vontade de concretizar esse objectivo quase em paralelo com os Concelhos vizinhos, estando neste momento a ser concretizado, com a execução do Centro Cicling, através do estudo prévio, já concluído, para a sinalização de percursos, que será um atrativo e que irá reforçar a capacidade de termos mais turistas a visitar o nosso Concelho, e há todo um outro conjunto de outras actividades, que poderiam também aqui ser mencionadas.

Pedi a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para realizar o esclarecimento da anterior intervenção acerca dos Fundos Comunitários para este mandato e das candidaturas realizadas no mandato atual e também no último, no âmbito do PEDU. Em termos de investimento, no concelho de Castro Verde, informou que existe algum investimento já realizado, outro em execução e ainda outro planeado, atingindo um valor total de 10 778 000,00 €. Isto implica um apoio FEDER de 6 783 803,00 €, constatando-se, neste momento, uma utilização no valor de 1 298 000,00 €, havendo também uma parte importante, inscrita no Orçamento no valor de 5 475 306,00 €. Esse é o valor aprovado e com possibilidade de ser executado, esclarecendo o Sr. Presidente que é um montante muito elevado, mas que se encontra aprovado e ao dispor de Castro Verde.

Relativamente ao assunto da Escola Secundária, referiu a Sra. Presidente da Assembleia Municipal que gostaria de falar sobre este assunto que é muito importante para si, frisando que registou o que disse o Sr. Presidente relativamente às obras de requalificação da Escola Secundária e ao comentário que o mesmo fez sobre não haver vontade, por parte de anteriores executivos, para resolver o problema, o que é um facto é que a obra competia ao estado, que é o proprietário da escola, sendo o proprietário o estado, a obra esteve prevista nas obras da Parque Escolar, informando que ela própria fez parte e interveio nesse processo, tendo-se deslocado várias vezes a Évora e a Lisboa. A obra da escola estava para ser concretizada na 3ª fase, mas essa fase acabou por não se concretizar e este processo arrasta-se há quase 20 anos, podendo-se constatar que no nº1 do Jornal "O Campaniço" está escrito um artigo onde refere que a escola mete água, e o que é um facto é que hoje em dia, passados 20 anos, ainda continua a meter.

Frisou ainda a Srª Presidente da Assembleia que a Parque Escolar teve o fim que todos conhecem e que durante algum tempo houve algumas diligências para resolver o problema da Escola Secundária, por parte da Câmara Municipal, que não o conseguiu fazer, da mesma forma que o Sr. Presidente atual, em 4 anos de mandato, também não conseguiu resolver,

salientando que pensa que se chegará ao fim do mandato atual e ainda não se terão conseguido iniciar as referidas obras.

Informou ainda que pretende dar os parabéns ao Sr. Presidente, tal como tinha prometido, enquanto ogal desta assembleia, se antes de terminar o seu mandato, as obras estiverem em curso, pois são tantos os impedimentos e as questões, embora, lembrou, que acredita que qualquer dia, em qualquer ano as obras terão o seu início forçosamente, mas relembra que estão a demorar quase 20 anos e que é muito tempo.

Respondeu o Sr. Presidente da Câmara que de facto a Srª Presidente tem razão, há mais de 20 anos, mas lembrou que de facto este executivo só está em funções há 3 anos, bastou fazer as contas, relativamente aquilo que disse, sobre a execução ou início das obras da Escola Secundária. Quanto à afirmação que proferiu "vai acabar o mandato e não vão começar" o Sr. Presidente salientou que espera que a Srª Presidente não tenha que fazer o mesmo exercício da Vogal Sra. Carla Gonçalves, na última Sessão da Assembleia Municipal.

A Srª Presidente recordou que o que tinha referido no início do mandato sobre este assunto, era que iria dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, se as obras estivessem concluídas no final deste mandato, constatando-se atualmente que isso será impossível.

Interveio a Vogal Sra. Carla Gonçalves, dizendo que não queria deixar de comentar a intervenção do Sr. Presidente, para reforçar o que lhe tinha dito quando lhe fez o pedido de desculpa, afirmando que as pessoas humildes não têm problemas alguns em admitir que erraram e em pedir desculpa.

Seguiu-se a intervenção do Vogal Sr. Carlos Ramos, afirmando que relativamente ao assunto das obras na Escola Secundária seria bom que a Srª Presidente da Assembleia Mesa pedisse desculpa ao Sr. Presidente, pois seria um sinal de que as obras já estariam a decorrer ou que pelo menos já se teriam iniciado. O Sr. Vogal referiu ainda que este era um assunto que daria um debate bastante interessante, pois trata-se da tutela do edifício e das suas responsabilidades. O Sr. Presidente referiu que só está em funções há 3 anos, mas os outros 17 anos foram da exclusiva responsabilidade da administração Central e não da Câmara Municipal. Aproveitou ainda para dizer que pensa que existem dois vetores temporais no bom exercício da prática governativa, que é o presente e o futuro, e que estar constantemente a querer ajustar contas com o passado, por assim dizer, pode ter algum valor, do ponto de vista retórico, mas do ponto de vista prático não leva a lado nenhum. Relativamente ao orçamento, afirmou que o mesmo não se encontra muito claro, não se percebendo bem aquilo que são projetos a serem implementados no terreno e o que são, por enquanto, intenções, ou seja, nem sempre isso é claro. Relativamente à requalificação do Centro de Saúde (Serviço de Urgências) afirmou que é de consenso

geral que o mesmo precisa de ser requalificado e aproveitando a centralidade do nosso concelho, julga que seria muito importante pensar-se na possibilidade de promover novas valências, apostando num futuro mais satisfatório da população de Castro Verde.

Pediu da palavra o Vogal Sr. António José da Luz Paulino, afirmando que como o debate já está a chegar ao fim, gostaria também ele de comentar, este ponto, referindo que estamos perante um documento político, onde estão expressas várias intenções e posteriormente irão ser estabelecidas prioridades, este ano com uma variante que é uma projeção a 5 anos.

Relativamente ao documento em si e pegando nas palavras da intervenção do Vogal João Branco, referiu que na sua opinião, a questão dos números é sempre algo que o preocupa, pois há executivos que gostam de trabalhar com um orçamento mais folgado, outros com um mais apertado, explicando que um orçamento mais folgado é aquele que se chama empolado e que permite uma maior movimentação de fundos, um orçamento mais apertado é aquele em que se tem de ter mais cuidado.

Quanto a este orçamento com fundos comunitários e com estes valores apresentados, não é algo novo no nosso concelho, tendo já afirmado e mesmo debatido esta questão com outros executivos que entendem introduzir o que pensam vir a receber. Este raciocínio é obvio que 1 148 000 €, por via das transferências de competências e os 600 010,00 € de derrama, quando se sabe que não se irá receber qualquer quantia, esperemos assim que haja uma boa execução. Relativamente ao documento estratégico em si e nomeadamente ao que se prevê executar em 2021, afirmou o Sr. Vogal não poder deixar de frisar alguns investimentos que lhe parecem importantes e que representam bastante para si, como é a obra da Zona de Atividades Económicas pois, desde 1997, quando era Vereador, que se discutia a sua localização, constata-se agora, em 2020, que a obra já esta adjudicada e irá ser realizada por este executivo que se encontra em funções há 3 anos. Afirmou ainda esperar que o Concelho de Castro Verde venha a beneficiar das sinergias causadas pelo presente investimento, pois, em sua opinião, em 23 anos poder-se-ia ter feito muito mais, e aí, a culpa não é da administração Central, é dos anteriores executivos. Afirmou ainda que este é um dos investimentos que espera que se concretize ainda em 2021, para efectivamente se poder apostar no desenvolvimento. Frisou ainda o Sr. Vogal que gostaria de salientar algumas obras, devido à sua importância para o concelho, como seja o alargamento do cemitério, e algumas ideias para futuras obras a realizar, lançando assim as propostas aos novos executivos, como seja a construção do novo posto da GNR e a requalificação das instalações antigas, uma nova creche em Castro Verde, pois a existente tem mais de quarenta anos, necessitando de instalações mais adequadas à nova realidade, a ampliação do Serviço de Urgências, visto a administração Central não se ter mostrado interessada na proposta

da Autarquia, novas extensões de Saúde em São Marcos da Atabueira e em Casével, obras muito importantes para estas populações, informando que a localidade de Casével, por via pandemia, tem tido um problema relativamente aos serviços de saúde, apesar do mesmo estar a ser resolvido pela Junta de Freguesia e pela Fundação. Referiu ainda que gostaria de ver a requalificação do Moinho da Altura de Beja e que ficou muito contente pois finalmente aparece esta obra, pois, na sua opinião, este moinho é um ícone de Castro Verde, património cultural e patrimonial. Sinalizou ainda os novos loteamentos em Castro Verde, Entradas e em especial em Casével que, como Presidente da Junta, julga ser muito importante a criação destas novas infraestruturas para que se possam atrair pessoas. Referiu ainda o Parque logístico de Castro Verde e a sua importância, pois julga que não se deve perder mais tempo no desenvolvimento de Castro Verde. Salientou ainda a importância da requalificação da Estrada Municipal Castro Verde/ Estação de Ourique, frisando que compreende perfeitamente que a Câmara só conseguirá avançar com um projeto dessa grandeza se tiver financiamentos comunitários, pois atualmente não tem capacidade para contrair mais empréstimos, e se assim não for terá que se ficar apenas pela aplicação do betuminoso. Ainda relativamente às questões das Juntas de Freguesia, o Sr. Vogal referiu o que foi mencionado pela Vogal Vanda Guerreiro, em que as Juntas também são Autarquias pequenas, que apresentam muitas dificuldades, umas mais que outras, mas, na sua opinião, quanto melhor for a sua capacidade financeira, melhores investimentos poderão realizar, mostrando que quem está perto das pessoas, também pode fazer coisas bem feitas. Salientou ainda o aumento significativo na área do investimento, com o alargamento dos pagamentos em 5 000,00€, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, afirmando que os mesmos serão muito bem investidos.

Pedi o Sr. Presidente da Câmara a palavra para apresentar uma nota final, explicando que este orçamento tem inscritos investimentos importantes em todas as freguesias, na Freguesia de São Marcos da Ataboeira informou já estar concluído o projeto de requalificação da Rua Gonçalves Correia, estando em condições de lançar a referida Empreitada. Na Freguesia de Entradas foi adjudicada a obra de construção da Casa Mortuária, uma obra que há muitos anos era reivindicada pela população, tendo a Junta de Freguesia cedido o terreno para a sua construção. Em Santa Bárbara de Padrões comunicou que está quase terminada a obra da estrada de Santa de Padrões até à Mina de Neves Corvo. Terminou a sua intervenção lançando um desafio a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia para que votem a favor e não se abstenham, pois nestes documentos estão contemplados investimentos muito importantes nas suas freguesias.

Não havendo mais intervenções, foi submetida a proposta a votação tendo sido aprovado por maioria, com 9 votos favoráveis dos eleitos do PS e 10 abstenções dos vogais da CDU.

Antes do início do 2º ponto da Ordem de Trabalhos, procedeu-se a um intervalo de 5 minutos na sessão.

2º - Apreciação e votação das propostas de Demonstrações Financeiras Previsionais: (Balanço, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa);

Submeteu a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia a proposta para a apreciação e votação das propostas de Demonstrações Financeiras Previsionais, (Balanço, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa), na sequência da deliberação tomada, por maioria, com 2 abstenções dos Vereadores da CDU, na sua reunião realizada no dia 27 do corrente ano.

"Considerando que se encontram terminados os documentos previsionais da Autarquia, **Demonstrações Financeiras Previsionais: (Balanço, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa).**

Considerando que a aprovação dos mesmos é da competência dos Órgãos de Gestão, de acordo com o disposto no nº 17 do Ponto 6 da Norma de Contabilidade Pública 1 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão executivo, que após aprovação desta proposta de documentos previsionais para o ano 2021, os mesmos sejam submetidos para aprovação do Órgão deliberativo do Município."

A pedido da Srª Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o mesmo é o balanço e a dotação de resultados previsionais, sendo um documento novo, que habitualmente não era votado nesta sessão, e como disse anteriormente, é apenas provisional, aliás como o Orçamento.

Não havendo intervenções, foi submetida a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 9 votos favoráveis dos eleitos do PS e 10 abstenções dos vogais da CDU.

3º.- Apreciação e votação de proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2021:

Colocou a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia a seguinte proposta, em conformidade com o solicitado pela Câmara Municipal, decorrente da sua deliberação tomada na reunião realizada no dia 5 de novembro do corrente ano, aprovado por maioria com 2 abstenções dos Vereadores da CDU e deliberação desta Assembleia Municipal Extraordinária em 27.11.2020.

"Considerando que vão a aprovar aos Órgão competente, Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, os documentos previsionais do Município, Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes) e Orçamento;

Considerando que nos termos do artigo 28º e seg. do Anexo à Lei nº.35/2014, de 20 de junho, conjuntamente com esses documentos, será também de aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2021;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^{as}. a submissão do presente Mapa de Pessoal à Assembleia Municipal, para efeitos de decisão (deliberação), cf. determina o art.º 25º/1-o) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro."

Apresentou este documento a Sr^a Presidente da Assembleia Municipal como um Mapa já aprovado nesta Assembleia, em sessão extraordinária.

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara, fez a sua apresentação, frisando que, no essencial, o documento, é exactamente o mesmo, apresentado e aprovado na Assembleia Municipal Extraordinária, permitindo à Câmara Municipal avançar com os procedimentos já aprovados, na próxima reunião de Câmara, já aprovar o procedimento para a contratação de um Engenheiro Civil.

Não existindo intervenções, foi o Mapa de Pessoal para o ano de 2021 submetido a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dez abstenções dos eleitos da CDU e nove votos favoráveis dos eleitos do PS.

4º.- Autorização prévia para a realização de despesa, logo na fase de compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolonguem por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica:

Submeteu a Sr^a. Presidente à apreciação da Assembleia Municipal a seguinte proposta, na sequência do pedido apresentado pela Câmara Municipal conforme deliberação tomada na sua reunião realizada no dia 7 de novembro do ano corrente:

"A realização da despesa, logo na fase do compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolonguem por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica, estão sujeitos a autorização prévia por parte da Assembleia Municipal, isto p.f. do disposto no art.º 6º/1-c), da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.

Tal situação, não dispensa que numa fase posterior, levemos ao conhecimento do Órgão uma relação onde estejam elencadas as situações que venham ocorrer, dado que no momento não temos presentes quais são.

Assim, face ao exposto, proponho a V. Exª que levemos à Assembleia Municipal a presente proposta de autorização prévia de despesa plurianual, na medida em que isso nos facilita o processo de contratação, caso venha a acontecer essa necessidade."

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o mesmo informou que nada tinha a acrescentar, que a proposta é clara e trata-se de uma decisão que é habitualmente tomada.

Não havendo intervenções, foi o pedido de autorização prévia acima referida submetido a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

5º. - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.

Tomou esta Assembleia conhecimento da informação escrita, prestada pelo Sr. Presidente da Câmara relativa à atividade municipal, com o nº5/2020, datada do dia 11 de dezembro, reportado ao período de 24 de setembro a 11 de dezembro de 2020, que fica anexa a esta ata, fazendo parte integrante da mesma.

Colocado o assunto à discussão, interveio a Srª. Presidente, referindo que relativamente a esta informação, constata que a mesma é muito semelhante às anteriores, daí pensar que deveria existir um pouco mais de cuidado com a sua elaboração, ou apresentação, pois certas ações mais importantes ou fundamentais realizadas não estão plasmadas neste documento, encontrando -se por vezes omissas.

Dada a palavra aos Vogais da Assembleia Municipal, pediu da palavra a Vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Entradas, Srª. Ana Maria Guerreiro para dizer que lamentava o facto de não ter encontrado, podendo eventualmente tratar-se de um esquecimento, a atividade desenvolvida no Parque de Campismo, tratando-se de um equipamento Municipal/Serviço que se encontra aberto 24/h por dia, sem interrupções, embora neste momento com uma atividade mais reduzida, sem tanta procura por parte dos turistas, mas que seria importante essa informação constar neste documento.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que fica registado o que foi mencionado, eventualmente sendo pertinente, mas que existem outras

atividades do Plano Municipal que não estão referidos nesta informação, mas terá a oportunidade de o procurar corrigir, esses e outros lapsos que naturalmente surjam.


Referiu ainda, concordar com a Sr^a. Presidente da Assembleia da necessidade de se reformular este documento, frisando que esta informação é a última a ser instruída para a Assembleia Municipal, sendo elaborada pelas diferentes Divisões, comprometendo-se, no ano de 2021, a fazer um esforço de forma a proceder-se à reformulação do mesmo a apresentar em futuras sessões.

6º.- Outros assuntos de interesse:

Aberto este ponto da ordem de trabalhos, a Sr^a Presidente da Assembleia, colocou o mesmo à intervenção dos Srs. Deputados.

Por ordem de inscrição, interveio a Sr^a Vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Padrões, Ana Luísa Fatana, referindo-se a um assunto que não é novo nesta Assembleia Municipal, tendo sido mesmo já apresentadas, neste órgão, algumas Moções, frisando que, na qualidade de Presidente de Junta, não pode deixar de informar esta Assembleia sobre a continuação do péssimo serviço prestado pelos CTT na Freguesia de Santa Bárbara de Padrões, onde a entrega do correio esteve atrasado, durante o mês de novembro, duas semanas consecutivas, realçando o prejuízo e os transtornos que isso representa para a população, referindo que não sabe como resolver este problema, pois já fez todas as diligências possíveis e depois de muitas reclamações junto do mesmo, a situação melhorou um pouco, mas o problema continua sem estar resolvido. Como teve conhecimento da realização de uma reunião do Sr. Presidente da Câmara com um representante dos Correios, gostaria de saber se chegaram a alguma conclusão, solicitando ainda ajuda da autarquia para a resolução deste problema, pois pensa que os CTT não poderão ficar impunes pelo péssimo serviço que prestam à população em geral.

De seguida, pediu a palavra o Vogal Sr. António José da Luz Paulino, para completar a informação dada pela Vogal Ana Luisa, fazendo dele as suas palavras, afirmando que a Autarquia e as Juntas de Freguesia deveriam, em conjunto, tomar uma posição de força, de forma a encontrar uma solução e apresentá-la aos CTT. Afirmou ainda que como o período de concessão está prestes a acabar e irá ser atribuída outra, talvez este facto possa ajudar a melhorar o serviço prestado. Como Presidente da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, informou que já fez três reclamações ao Diretor Comercial do Sul, que o informou de que o serviço prestado iria melhorar, o que efetivamente não aconteceu, constatando-se que os problemas surgem de tempos a tempos, com alguma frequência, e que da parte dos CTT não existe uma resposta quando questionados sobre os problemas, pois nem




atendem o telefone, sendo difícil reportar-lhes as situações anómalas. O Sr. Vogal informou ainda que colocou este assunto à ANAFRE, tendo sido renovados os acordos com as Juntas de Freguesia, apresentando até condições mais vantajosas financeiramente para as mesmas, mas mencionou que teve oportunidade de lhes dizer pessoalmente que o importante era que o serviço fornecido às pessoas melhorasse. Referiu ainda que pessoalmente também constata as deficiências dos serviços prestados pelos CTT, exemplificando que tem a assinatura de uma revista que deveria receber semanalmente e há bem pouco tempo recebeu duas na sua caixa do correio, no mesmo dia.

Constatou ainda que este é um serviço que lamentavelmente é prestado de forma muito deficitária em toda a Freguesia de Castro Verde, havendo mesmo muita dificuldade em explicar às pessoas o porquê desta situação, principalmente à população de Casével, onde a situação ainda é mais grave, transmitindo-nos as pessoas este tipo situações e as suas preocupações de forma muito sistemática. A Junta de Freguesia já apresentou três queixas, às quais recebeu boas promessas de resolução dos problemas, mas o que se constata é que o serviço está como está. De forma a tentar minorar este problema, a União de Freguesias de Castro Verde e Casével está a pensar, estando já consignado no seu orçamento, aumentar a colocação de apartados, para que os CTT entreguem o correio com a normalidade que se espera.

Neste momento, a União de Freguesias aguarda uma reunião com o Diretor Regional, para elaboração do protocolo, e aí iremos explicar como os serviços se processam atualmente e expressar-lhes a nossa insatisfação.

Relativamente a este assunto, referiu a Sr^a Presidente da Assembleia Municipal que, lamentavelmente, são as populações rurais as mais lesadas, afirmando que se a situação não melhorar, depois de realizadas as referidas reuniões, haverá necessidade de se pensar em mobilizar pessoas, para outro tipo de intervenção ou manifestação junto dos responsáveis dos CTT.

Ainda sobre este assunto, referiu o Sr. Presidente da Câmara que teve uma reunião com a Administração dos CTT e que, em termos gerais, os mesmos reconheceram as deficiências no serviço. Informou ainda que teve também uma reunião com o Diretor Regional do Sul, onde foram mencionadas várias situações como o serviço deficiente e com falhas que os CTT prestam no concelho, tendo sido assumido pelo mesmo estarem a deparar-se com muitas dificuldades na gestão do serviço no nosso concelho, visto terem as equipas de trabalho muito desfalcadas de pessoas que conheçam o território, afirmando mesmo que a contratação de pessoal é muito difícil. Realçou ainda o mesmo que depois de contratadas, as pessoas passam por um período normal de aprendizagem, com implicações diversas que tem a ver com a má distribuição da correspondência, que todos nós conhecemos. Realçou o Sr. Presidente que na sua opinião, a parte boa desta conversa



com os CTT, é que os mesmos não ignoram a situação, reconhecendo que há a necessidade de uma mudança urgente. Referiu ainda outro problema relacionado com os CTT e que tem com a centralidade da logística dos CTT, entrega e distribuição de encomendas, visto Castro Verde ser o centro de distribuição dos vários concelhos, o que por um lado é bom, constatando-se, no entanto, que presentemente está a implicar problemas no trânsito na Praça da Liberdade, nalguns períodos da manhã e da tarde. Informou ainda o Sr. Presidente, que os serviços dos CTT se mostraram empenhados em encontrar uma solução para este problema, encontrando-se a procurar um local fora do centro da vila, para instalar a área logística de Castro Verde. Realçou ainda o Sr. Presidente, que a Câmara tem feito o possível, e continuará a fazer tudo o que está ao seu alcance, no sentido de protestar e de exigir uma solução, frisando, no entanto, que não é um processo simples.

A seguir, usou da palavra a Sr^a. Presidente da Assembleia, propondo que se envie uma "Carta / Ofício" à administração dos CTT a relembrar a situação, demonstrando a preocupação que esta situação suscita em todos os órgãos autárquicos do concelho. Propôs ainda a Sr^a Presidente ser ela própria a redigir a referida "Carta", em nome da Assembleia Municipal, proposta que foi aceite por todos os Deputados.

Interveio, em seguida, o Vogal Sr. Carlos Ramos, tendo afirmado que o caso dos CTT é mais um dos casos paradigmáticos dos riscos que há em entregar à iniciativa privada, serviços e funções públicas, ficando o Serviço Público muito aquém daquilo que deveria ser a sua função. Quanto à aprendizagem dos empregados, argumento referido pelo Diretor Regional do Sul dos CTT, o Sr. Vogal realça que se constata que existem bastantes dificuldades na identificação das ruas e dos números das casas, o que não é admissível neste tipo de serviços.

Em resposta ao Sr. Vogal Carlos Ramos, o Sr. Presidente da Câmara, afirmou, que no seu entender, o problema dos novos carteiros não é a aprendizagem das funções a realizar, nem o facto de não saberem ler, mas sim, não terem o conhecimento das pessoas, nem das ruas das diferentes localidades, como possuíam os anteriores funcionários dos CTT.

Interveio ainda o Vogal Sr. Carlos Ramos, fazendo a seguinte questão: "Irá o Município fazer algum inquérito / estudo sobre o impacto económico da pandemia no comércio e na restauração, no Concelho de Castro Verde?". Concluiu ainda que, na sua opinião, seria muito importante que esse estudo se fizesse de modo a perceber como as pessoas do concelho foram afetadas pela situação pandémica.

Interveio, em seguida a Sr^a Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que concordava com a proposta feita pelo Sr. Vogal Carlos Ramos,

questionando o Sr. Presidente da Câmara se ele já tinha pensado na realização desse estudo.

Em resposta à sugestão apresentada pelo Sr. Vogal Carlos Ramos, o Sr. Presidente da Câmara informou que o executivo "pensa muitas coisas", mas que esse é um processo que está relacionado com a dimensão que Castro Verde tem, uma dimensão muito significativa relativamente aos outros Concelhos e que a Câmara, nesse domínio, realizou diferentes ações, como é do conhecimento de todos, dando como exemplo a isenção do pagamento de água a todas as empresas do Concelho, reforço do apoio da rede social, entre outros, ações essas aprovadas na Assembleia Municipal, realizada online, e mantendo-se em vigor até ao final do ano. Relativamente ao estudo da situação pandémica, como foi sugerido, afirmou que até ao momento não foi realizado, nem sabe se virá a ser, pensa sim que haverá a necessidade de avaliar as ações concretizadas.

Usou depois da palavra o 2º. Secretário, Sr. João Branco solicitando ao executivo informação sobre a Prestação de Serviços - designadamente de Eletricidade, afirmando que como é do conhecimento de todos, tem havido algumas falhas da EDP, constatando-se que os arranques automáticos não estão a funcionar, podendo esta situação trazer problemas aos equipamentos. Na sua opinião, o facto de não existirem os arranques automáticos, faz com que não fiquem registadas as referidas falhas e assim não se poder reclamar quando existe algum dano nos equipamentos, exemplificado com um caso existente no Cineteatro Municipal. Referiu ainda o Sr. Vogal, a má qualidade do serviço prestado pelo operador da fibra óptica, apresentando regularmente muitas falhas, ao ponto de ser mais viável voltar à ADSL, pois pelo menos funciona, sugerindo que a autarquia questione as empresas responsáveis pela distribuição, a fim de tentar saber se há alguma falha de estrutura.

Respondendo às questões colocadas pelo 2º Secretário, o Sr. Presidente da Câmara, informou de que as falhas da eletricidade (EDP) não foram exclusivas de Castro de Verde, nos concelhos ao redor as mesmas também aconteceram. Sobre a fibra óptica, comunicou que a empresa que detém o serviço é a Telecom e depois os serviços são fornecidos por diferentes operadores. Confirmou que tinha conhecimento da falta de serviços em alguns locais, mas que desconhecia haver falhas no mesmo.

Terminando a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara convidou todos os presentes para uma pequena degustação de bolo-rei e vinho do Porto, visto estarmos perto do Natal. Informou ainda, que como é tradição, a Câmara irá distribuir aos Membros da Assembleia Municipal Cabazes de Natal, podendo os mesmos ser levantados a partir das 12 h, de 5ª feira, no Edifício dos Paços do Concelho.

7º.- Período reservado à intervenção do público:

Concedida a palavra ao público presente não se verificou qualquer intervenção.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pela Srª. Presidente da Assembleia, para que produza efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 0 horas, do dia 15 de dezembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Srª. Presidente da Assembleia e pela Coordenadora Técnica da Secção Administrativa, Isilda Maria Varela Domingos, que a lavrou, nos termos do nº. 2 do artigo 57º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

